

Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University–Estado da Bahia/ UNESCO na década de 1950¹

MARCOS CHOR MAIO

resumo Neste artigo, o autor examina o Convênio Columbia University/Estado da Bahia, coordenado por Charles Wagley, nos anos 1950, que utilizou os estudos de comunidade como recurso metodológico para analisar as relações raciais existentes no interior do estado da Bahia.

palavras-chave Estudos de comunidade. Charles Wagley. Projeto Unesco. Convênio Columbia University/Estado da Bahia. Relações raciais.

Entrei em contato com os estudos de comunidade a partir de uma investigação sobre um ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinado pela UNESCO no início dos anos 1950 (Maio, 1997; 1999; 2001; 2004). Este projeto foi desenvolvido em regiões tradicionais e modernas das regiões Sudeste e Nordeste².

O “Projeto UNESCO”, como se conveniou denominá-lo, não gerou apenas um amplo e diversificado quadro das interações raciais e do racismo no Brasil, mas contribuiu ainda com novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. Ele também teve efeitos importantes sobre a institucionalização das ciências sociais brasileiras, as carreiras de antropólogos e sociólogos, a partir da criação de uma rede transatlântica de cientistas sociais (brasileiros, franceses e norte-americanos) constituída no processo de configuração da pesquisa e chancelada por instituição multi-

lateral (Maio, 2001).³ Abordou, além disso, a temática racial mediante diversos enfoques teórico-metodológicos e suscitou afinidades e disputas disciplinares entre a Antropologia e a Sociologia. (Maio, 2004).

O “projeto UNESCO” faz parte da “era dos projetos”, a exemplo dos estudos de comunidade do convênio Universidade de Columbia/Estado da Bahia, do programa do Vale do São Francisco e do estudo das cidades-laboratórios do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) como amplas iniciativas ocorridas especialmente nos anos 1950. Conforme Corrêa (1987, p. 20-22), privilegiar-se-ia a pesquisa nos projetos, em contexto de frágil institucionalização das ciências sociais em que se destacava, em geral, o papel dos intelectuais na esfera pública. Os projetos representariam ainda, na perspectiva de Corrêa, uma transição entre uma primeira fase, das “grandes sínteses”, das amplas chaves interpretativas da sociedade brasileira na escrita de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e outros, e uma terceira fase com a ampliação da pós-graduação a partir dos anos 1970 e a crescente especialização. A era dos projetos, o segundo momento,

menos do que contestar aquelas grandes sínteses, parece que se tratava de colocá-las entre parênteses, enquanto se verificava, no campo, a ‘realidade brasileira’. Esta ênfase na pesquisa

empírica [...] foi em todos os casos, estimulada tanto por um interesse vindo do exterior quanto por uma ânsia de autoconhecimento razoavelmente bem estabelecida como tradição entre a intelectualidade brasileira (1987, p. 21-22).

Os chamados “estudos de comunidade” são oriundos de uma tradição das ciências sociais norte-americanas que remonta aos anos 1920, representando um esforço de apreensão holística da realidade social. Em termos metodológicos refletiam uma transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia no estudo das sociedades ditas primitivas. As pesquisas realizadas nesse âmbito estavam comprometidas com uma visão de que as sociedades estavam inexoravelmente destinadas a sofrer mudanças sociais.

Os estudos de comunidade surgiram no Brasil no processo de institucionalização universitária das ciências sociais a partir dos anos 1930. Buscou-se então analisar o país com base em modelos explicativos respaldados em investigações empíricas. Estas, se afastariam da tradição ensaística, das grandes interpretações. Os aspectos prático-políticos estavam também presentes nos estudos de comunidade. Eles ofereceriam subsídios aos técnicos (agrônomos, sanitaristas, educadores, etc), em forma de conhecimento denso e pormenorizado de distintas realidades existentes no País, para a formulação e implantação de programas de reforma social⁴. Os estudos de comunidade surgem no âmbito do “projeto UNESCO” como parte do convênio com o programa Columbia University–Estado da Bahia. Sob a coordenação do antropólogo Charles Wagley, seus alunos de doutorado de Columbia (Marvin Harris, Harry William Hutchinson e Benjamin Zimmerman) realizaram estudos etnográficos no interior baiano. Eles compõem um novo cenário nos primórdios da década de 1950, como observa Azevedo (1964, p. 66-67), quando a

sociedade nacional como quadro da vida baiana [...] começou a despertar curiosidade e a pedir explicação e compreensão [...] inaugura[ndo] uma fase caracterizada pela análise e observação, com fundamento na evidência empírica e objetiva, não raro em perspectiva histórica e fundada não apenas na intuição.

O convênio Columbia University–Estado da Bahia (1949) e a incorporação posterior da pesquisa da UNESCO (1950) indicam um novo momento das ciências sociais naquela região.

Este artigo tem por objetivo historiar o programa Columbia University–Estado da Bahia/UNESCO realizado nos anos 1950-51. O texto privilegia a descrição dos estudos de comunidade realizados com ênfase, em particular, no tema das relações raciais. Destaca-se a riqueza etnográfica dos estudos em que os dados qualitativos sobre as hierarquias sociais demonstram a importância da variável raça, do preconceito e da discriminação raciais. Contudo, a construção social de raça, como concebida nas abordagens de Wagley, Harris, Hutchinson e Zimmerman, não é concebida como principal chave explicativa das assimetrias sociais nas comunidades investigadas.

O Convênio Columbia University–Estado da Bahia/UNESCO

O acordo firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e Saúde da Bahia e o Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia tinha o objetivo de desenvolver estudos de comunidade tendo em vista o estabelecimento de políticas públicas nas áreas da educação e saúde. A idéia foi do educador Anísio Teixeira e os arranjos institucionais e a formulação do projeto contaram com a participação dos antropólogos Gizella Valladares, Eduardo Galvão, Charles Wagley, Thales de

Azevedo e o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto (Wagley *et alii*, 1950).

No intervalo entre 1947 e 1951, a Bahia experimentou iniciativas modernizantes sob o governo de Otavio Mangabeira (Guimarães, 1982, p. 151-156). Anísio Teixeira, após intensa atividade como intelectual e político nas décadas de 1920 e 1930, viveu um “exílio interno” com a instauração do Estado Novo. Tornou-se empresário na Bahia na área de exportação e importação.

Com o fim da ditadura Vargas, Anísio foi convidado pelo Diretor-Geral da UNESCO, o biólogo Julian Huxley, mediante indicação do representante do Brasil na agência internacional, Paulo Carneiro, a trabalhar na Divisão de Educação da instituição. Após dez anos de ausência da vida pública, o convite para a obra de construção de um centro intelectual e político mundial era um atraente desafio. Apostando no caráter universal da entidade e esperançoso de que a humanidade teria, de fato, apreendido as terríveis lições da guerra, Anísio veio a decepcionar-se em sua nova empreitada política quando verificou que o peso da burocracia e os primórdios da Guerra Fria revelaram os limites da ação educativa da UNESCO (Vianna e Fraiz, 1986, p. 105).

Após seis meses em Paris, Anísio retornou à Bahia e aceitou, em seguida, o convite do recém-eleito governador Otavio Mangabeira para assumir a Secretaria de Educação e Saúde do Estado. Em sua gestão, Anísio Teixeira ampliou a rede escolar, criou uma escola modelo, fundou a primeira instituição de amparo à pesquisa no Brasil e estabeleceu o convênio Columbia University–Estado da Bahia (Viana Filho, 1990, p. 103-128).

No segundo semestre de 1948, Anísio Teixeira, por meio da antropóloga americana Gizella Roth Valladares, radicada em Salvador e casada com o museólogo José Prado Valadares, sondou a possibilidade de Donald Pierson,

da Escola Livre de Sociologia e Política, vir a participar dos “estudos de comunidade” no estado da Bahia.⁵ Naquele momento, Pierson estava envolvido em pesquisa em Araçariguama, município do interior paulista (Pierson, 1987, p. 45). No final de 1949, Pierson expressa seu interesse em participar da investigação e informa a Anísio Teixeira que coordena no Brasil, “um programa de pesquisas e de treino de jovens pesquisadores do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, em colaboração com a Escola Livre de Sociologia e Política”.⁶

Diante da impossibilidade de Pierson vir a participar de imediato da pesquisa, foram realizadas articulações com Charles Wagley, por sugestão de Gizella Valladares,⁷ sua ex-aluna no curso de pós-graduação em antropologia na Universidade de Columbia. No início de 1949, Wagley junto com seu aluno brasileiro em Columbia, o antropólogo Eduardo Galvão, do Museu Nacional, elaborou um plano inicial de estudos de comunidade, aprimorado adiante com a colaboração de Thales de Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto (Wagley *et alii*, 1950).

Os contatos de Wagley com o Brasil remontam ao final da década de 1930. Ele e mais três antropólogos (Ruth Landes, William Lipkind e Buell Quain) faziam parte de um grupo que veio estudar as relações étnicas no Brasil, mediante acordo firmado entre a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres e o antropólogo Franz Boas, pela Universidade de Columbia. Wagley permanece oito meses entre os índios tapirapé (Wagley, 1990, p. 71) e volta à Columbia para assumir a condição de instrutor na universidade (Moore, 1955, p. 158). Ele retorna ao Brasil em 1941 para lecionar no Museu Nacional e coordena um grupo de estudantes que foram pesquisar os índios Tenetehara no Maranhão (Azeredo, 1986, p. 122). Entre 1942 e 1945, participou do esforço de guerra envolvendo-se no trabalho em

saúde pública realizado por norte-americanos e brasileiros na Amazônia por meio da Fundação SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). Foi a época em que a borracha tornou-se uma matéria-prima estratégica (Campos, 2006; Harris, 1990, p. 2).

No final da guerra, Wagley retoma suas atividades em Columbia. Entre junho e setembro de 1948 desenvolve um estudo de comunidade em Gurupá (Pará), no âmbito do projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (Maio & Sá, 2000; Maio & Oliveira, 2009), patrocinado pela UNESCO, com o auxílio do antropólogo Eduardo Galvão (Wagley, 1957). No segundo semestre de 1948, começa a ministrar um curso de pós-graduação sobre cultura no Brasil contemporâneo, na Universidade de Columbia. No curso, ele privilegia o estudo dos diversos grupos étnicos que participaram da formação da cultura brasileira examinando as relações raciais, a estrutura de classes, as instituições sociais, o folclore regional e a cultura do Brasil moderno.⁸ Wagley cria uma cadeira de estudos brasileiros e torna-se membro do Comitê de Estudos Latino-Americanos do Social Science Research Council.⁹

Entre 1949 e 1950, Wagley atraiu três estudantes de pós-graduação para a pesquisa na Bahia e ministrou um curso e um seminário na Universidade de Columbia sobre o Brasil.¹⁰ Os livros sobre a sociedade brasileira em bibliotecas norte-americanas eram escassos naquele tempo. Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala*), Euclides da Cunha (*Os Sertões*), os romances sociais de Jorge Amado, os trabalhos do geógrafo Preston James sobre a América Latina e os do sociólogo T. Lynn Smith foram alguns dos textos e autores consultados, além das leituras sobre “estudos de comunidade” e o domínio das técnicas antropológicas das pesquisas de campo em sociedades complexas.¹¹

O Projeto em construção

Anísio tinha em mente um projeto de modernização da educação e da saúde. Para isso, julgava importante o conhecimento de distintas comunidades com o intuito de obter uma radiografia abrangente das condições econômicas, sociais e culturais das diversas regiões que constituíam a Bahia. Neste sentido, havia um contexto político, caracterizado por um governo democrático com objetivos progressistas, como o de Otavio Mangabeira, e o interesse de jovens estudantes norte-americanos em processo de formação acadêmica sob a orientação de um antropólogo atento às mudanças sociais. A exceção de Harry William Hutchinson, que serviu na marinha americana no Brasil durante a guerra,¹² os outros alunos de Wagley, Marvin Harris e Benjamin Zimmerman, não conheciam o Brasil.

Após a definição, em linhas gerais, do projeto, o médico-antropólogo Thales de Azevedo, que exercia as funções de professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Bahia, desde 1943, e de chefe da seção de Higiene da Alimentação do Departamento de Saúde da Secretaria de Educação e Saúde, entre os anos de 1947 e 1949 (Brandão, 1993, p. 37), foi designado por Anísio Teixeira para coordenar o levantamento dos dados históricos, econômicos e demográficos entre 1949 e 1950¹³ (Consorte, 1994, p. 14; Wagley e Wagley, 1970, p. 30-31). Thales de Azevedo tornou-se o representante do Estado no *staff* dos pesquisadores do projeto.

A pesquisa foi financiada predominantemente pelo governo da Bahia¹⁴, sendo de responsabilidade da Universidade de Columbia a captação de bolsas para os pesquisadores norte-americanos. No caso do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, convidado por Anísio Teixeira, houve um subsídio oferecido para fins de participação no programa. O mesmo apoio

foi determinado para os auxiliares de pesquisa (Wagley *et alii.*, 1950, p. 8).

Costa Pinto, professor de sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e diretor do setor de pesquisas da Fundação Mauá, instituição de pesquisa privada voltada para o setor do comércio do antigo Distrito Federal, tinha um duplo compromisso com o projeto: participar do *staff* como um dos coordenadores da pesquisa, na condição de único sociólogo, e elaborar um trabalho sobre a zona do Recôncavo. Este estudo teria inicialmente uma abordagem histórico-social e ecológica da área, para em seguida se ater especialmente a “estrutura social de modo a mostrar as múltiplas direções que a *mudança social* pode tomar na zona do Recôncavo” (Wagley *et alii.*, 1950, p. 20, grifo nosso). Cabe ressaltar que Costa Pinto tinha uma visão crítica dos estudos de comunidade.

Na primeira quinzena de junho de 1950, os antropólogos americanos chegaram ao Rio de Janeiro. Ocorreram encontros informais entre Wagley, Costa Pinto e os estudantes de Columbia. Naquele momento, houve o recrutamento de alguns estudantes do Rio de Janeiro.¹⁵ Após duas semanas na antiga Capital Federal, o grupo aterrissou em Salvador. Novas reuniões foram realizadas entre o *staff* da pesquisa e funcionários das áreas de educação e saúde do Estado da Bahia. Dois objetivos fizeram-se necessários de imediato: definir as áreas a serem estudadas e aprimorar os objetivos do projeto (Wagley *et alii.*, 1950, p. 9).

O mapeamento preliminar da investigação abarcava “seis zonas ecológicas”, destacando-se em cada uma delas os aspectos singulares tanto em termos naturais quanto históricos. Guardando as devidas especificidades, as áreas eram vistas pelos coordenadores do projeto como representando “os padrões da cultura rural luso-brasileira”. As regiões escolhidas foram: o

recôncavo, o sertão do nordeste, as florestas do sul, o planalto central, o vale do São Francisco (Wagley *et alii.*, 1950, p. 10-14).

Das áreas demarcadas pela pesquisa, três foram, finalmente, definidas. Dois motivos de ordem geral influíram em tal decisão: 1) os vínculos sócio-econômicas das comunidades com a cidade de Salvador; 2) espaços sociais onde se pudesse observar a dinâmica da mudança social, como forma de se colher subsídios para futuras intervenções governamentais. Dessa forma, o projeto resolveu optar por comunidades consideradas tradicionais, que revelariam indícios de decadência e isolamento, e comunidades “progressistas”, nas quais haveria sinais de mudança e de prosperidade. Comparando os dois padrões de comunidade (o tradicional e o moderno) se poderia desvendar os vetores da mudança social (*idem*, p. 17). O programa tinha a marca do influente estudo do antropólogo da Universidade de Chicago, Robert Redfield (1948), sobre Yucatán no qual o autor sugeria um continuum da tradição à mudança. Esta vertente metodológica lembra a matriz dualista, como sugere Consorte (1999, p. 41).

Por meio de três estudos de comunidade acreditava-se que era possível ter uma noção das peculiaridades das diversas realidades existentes na Bahia, bem como o controle de dados qualitativos e quantitativos que revelariam aspectos regionais e, de certo modo, nacionais, na medida em que as partes investigadas à exaustão poderiam, no seu somatório, contribuir para o entendimento do todo. Esta perspectiva se opunha às “grandes interpretações”, uma tradição que seria comum no Brasil até os anos 1930. Neste sentido, os estudos de comunidade, que vinham se desenvolvendo desde a década de 1940, eram concebidos como um novo modo de fazer ciências sociais, de caráter “científico”, “positivo”, calcado no rigor da observação, na exigência da descrição minuciosa dos acontecimentos presentes em uma deter-

minada realidade como contraponto ao ensaísmo.¹⁶

Não obstante a existência de um enfoque predominantemente etnográfico no projeto, a equipe era composta pelo sociólogo Costa Pinto que tinha uma visão crítica da perspectiva antropológica. A seu ver:

[...] no plano metodológico é característico da ciência social acadêmica essa ênfase desproporcionada que se dá, nos estudos de comunidade, aos fatores de *localidade* em detrimento dos fatores de *unidade regional*, e daí, da *estrutura social*, que são fundamentais.

[...] Qualquer estudo sociológico tem como noção-chave a noção de estrutura social, realidade objetiva, feita de partes interdependentes em permanente mudança que é o seu *processus* de funcionamento, o seu modo de ser e de existir. Conhecer essa estrutura e o sentido dessa transformação vem a ser em qualquer pesquisa sociológica, e especialmente nesta, um objetivo básico, pois sobre os resultados dessa análise e sobre as indicações referentes às perspectivas de reconstrução social que delas resultarem é que se vai fundar o planejamento administrativo que se tem em mira. No setor de uma política de educação, cuja obra pretende ser não apenas de transmissão de valores, mas também de *revalorização* – o conhecimento da estrutura e do sentido de sua transformação representa um ponto de partida do qual não se pode fugir. (Costa Pinto, 1950, p. 3, grifos do autor).

A visada sociológica de Costa Pinto representa uma crítica aos estudos etnográficos de comunidade, que será ampliada nos anos 1950.

A coordenação do projeto Columbia University–Estado da Bahia (Wagley, Thales e Costa Pinto), junto com os alunos de Columbia, selecionaram as seguintes regiões a serem pesquisadas: o nordeste do estado, região do sertão, coube a Benjamim Zimmerman, com

o apoio dos estudantes Lincoln Alisson Pope, Nilda Guerra de Macedo e da antropóloga Gizella Valladares. A pesquisa seria em Monte Santo, tendo como contrapartida, em termos de área em vias de modernização, a cidade de Euclides da Cunha. Na zona do Recôncavo, Harry William Huntchinson se dedicou à investigação de São Francisco do Conde, tradicional local de produção açucareira. A “zona progressista” ficou para ser definida depois, devido ao pouco discernimento a respeito da existência de uma localidade próxima onde se verificasse um processo, mesmo que tímido, de mudança. Por último, Marvin Harris se estabeleceu em Rio de Contas, tradicional região de exploração mineral e escolheu, para estabelecer o contraste, a cidade de Livramento de Brumado, e contou com a colaboração da futura antropóloga Josildeth Gomes Consorte. Em geral, as comunidades estudadas tinham em torno de 1.500 habitantes (Wagley *et alii*, 1950, p. 14-19).

Três seminários foram previstos ao longo de um ano de pesquisa. O primeiro foi realizado em setembro de 1950 na cidade de Salvador. Ao longo de quatro dias, “os pesquisadores relataram seus dados e [...] educadores e sanitaristas discutiram problemas rurais relacionados com suas especialidades” (Wagley e Azevedo, 1951, p. 236). Os seminários permitiam a verificação da pertinência das técnicas utilizadas, a discussão das hipóteses de trabalho e a troca de experiências de campo. O segundo seminário veio a se realizar em dezembro de 1950 (*idem*, p. 236). O último seminário estava previsto para maio ou início de junho de 1951, mas não foi realizado.

Pela experiência de pesquisa etnológica de Wagley, acrescida pelo estudo de comunidade realizado na Amazônia e pelos cursos ministrados sobre o Brasil na Universidade de Columbia, a pesquisa na Bahia contemplava as relações raciais, embora este tema não estivesse

explicitamente contemplado no projeto e nas preocupações do governo baiano.

Charles Wagley: “antropologia engajada” e relações raciais

A Bahia foi, em princípio, o foco do programa da UNESCO (Métraux, 1950) em função de uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador, símbolo da “África no Brasil”, microcosmo da alegada nação cultural e racialmente democrática. Esta representação da sociedade brasileira produzida, principalmente, por intelectuais brasileiros e norte-americanos (Ruth Landes, Franklin Frazier, Gilberto Freyre, Arthur Ramos), especialmente nos anos 1930 e 1940, como nos mostra Dantas (1988), adequava-se, em princípio, a visão que a UNESCO tinha do Brasil. A opção Bahia seria facilitada pela presença do antropólogo Charles Wagley, que coordenava uma investigação com alunos de pós-graduação por meio do convênio Universidade de Columbia-Estado da Bahia.¹⁷

Charles Wagley (1913-1991) foi um personagem-chave na montagem do projeto na Bahia. O envolvimento de Wagley com projetos que suscitavam a intervenção de “uma ciência social socialmente responsável” datam do período da Segunda Guerra Mundial. No início dos anos 1940, durante o período de sua permanência no Museu Nacional, onde combinava o trabalho de ensino com o de pesquisa etnológica, foi convocado pelo governo americano para colaborar no esforço de guerra em território brasileiro, que tinham por objetivo abastecer as forças aliadas de borracha, na medida em que as fontes asiáticas tinham sido suspensas, e o Brasil possuía minérios estratégicos (mica e quartzo) (Zarur, 1993, p. 258; Wagley, 1957, p. 10).

Wagley trabalhou durante três anos (1942-1945) no Serviço Especial de Saúde Pública

(SESP), órgão criado a partir de um convênio entre o governo dos EUA e do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nele, assumiu as seguintes funções: membro do escritório regional do SESP no Vale Amazônico; diretor do seu programa de migração, que oferecia assistência médica aos milhares de nordestinos que foram trabalhar na Amazônia; assistente do Superintendente do SESP e, por fim, diretor da Divisão de Educação Sanitária (Wagley, 1957, p. 10). Avaliando a sua experiência nesse período, o antropólogo norte-americano lembra que

em 1942, os acontecimentos colocaram-me em contato direto com os problemas do Brasil moderno [...] Vivendo, a maioria dessa gente, no interior, um antropólogo social, com grande experiência e conhecimento do sertão brasileiro, seria de grande utilidade para o serviço [do SESP] [...] Meu ponto de vista antropológico auxiliou-me enormemente nas questões de administração e planejamento, da mesma maneira que minha crescente familiaridade com os problemas práticos contribuiu para aguçar meu interesse científico no Brasil. Em minhas viagens através de extensas regiões do interior brasileiro e na minha convivência com os habitantes de suas zonas rurais, adquiri consciência dos problemas agrícolas, tanto do ponto de vista do povo, como do ponto de vista dos planejadores e administradores da cidade (*idem*, p. 10-11).

Segundo Harris (1990), Wagley não concebia primordialmente sua identidade profissional vinculada à “antropologia aplicada”. Sua carreira e, em especial, seus escritos desde os anos 1940 “iluminam uma ou outra tendência dos problemas econômicos, sociais ou políticos cujas soluções ele acreditava que o conhecimento antropológico poderia contribuir” (p. 2). Não por acaso, Wagley, mediante atuação no *Committee on World Area Research* envolveu-se no “estudo de áreas mundiais”, método in-

terdisciplinar para o conhecimento de regiões, colônias, nações muito utilizado durante e depois da 2ª Guerra Mundial (Wagley, 1948). Quando veio a participar do projeto da Bahia, Wagley não somente tinha um conhecimento amplo da sociedade brasileira como se identificava com uma ‘Antropologia de intervenção’.

As relações raciais nos estudos de comunidade na Bahia

Race and Class in Rural Brazil (1952) contém os resultados dos estudos da UNESCO realizados no interior da Bahia, além da pesquisa realizada por Wagley em Gurupá, município paraense, trabalho realizado para o projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, patrocinado pela UNESCO. No prefácio, Wagley apresenta de modo sintético sua visão sobre o Brasil e a diversidade regional, cultural e étnica existente no país. Estabelece comparações com a experiência norte-americana, destaca a importância das relações entre raça e classe.

De início, o antropólogo considera que o preconceito e a discriminação raciais no Brasil teriam papel secundário quando comparada à experiência de outros países. Em sintonia com a visão do sociólogo Donald Pierson, a sociedade brasileira não havia desenvolvido um sistema de castas, propiciando mobilidade social de pardos e negros com reduzida taxa de tensões sociais (Wagley, 1952, p. 7). Mesmo assim, Wagley, registra a ausência de direitos iguais para todos. O país seria uma terra repleta de contrastes sociais expressos nas disparidades regionais, na convivência entre áreas atrasadas e modernas, nas profundas desigualdades sociais.

O cientista social que acompanhava o Brasil desde o final dos anos 1930 constatava que “o padrão de vida da maioria da população seria bem abaixo das mais industrializadas nações

ocidentais. Mais que 50% dos brasileiros são analfabetos. Transportes, indústria e agricultura são insuficientemente desenvolvidas para dar sustentação econômica ao país” (Wagley, 1952, p. 8). Em suma, haveria um descompasso entre uma tradição cultural, tida como positiva em matéria de relações raciais, e a existência de profundas desigualdades sociais.

O preconceito racial, contudo, estaria presente neste cenário. Wagley aponta a existência de:

estereótipos e atitudes bem conhecidos no Brasil indicam desprezo pelo negro e pelo mulato. Existem ainda bem conhecidas barreiras a ascensão social das ‘pessoas de cor’ [...]. Há um crescimento da discriminação em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro motivando o Congresso Nacional a aprovar uma lei que transforma a discriminação racial em crime. (*idem*, p. 8).

Apesar do reconhecimento da presença do preconceito racial, Wagley acreditava que o predomínio de uma ideologia igualitária em matéria racial facilitaria o desenvolvimento econômico e social, e a constituição de uma “democracia social” (*idem*, p. 8) no Brasil.

Nesse sentido, os estudos etnográficos sobre as relações raciais poderiam significar um passo à frente em relação aos estudos de história social (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda) ou a pesquisa sociológica de Donald Pierson, que se limitou à cidade de Salvador. Na medida em que o país contemplaria diferenças regionais e estilos de vida diversos, caberia observar as variáveis que interferem na estrutura da sociedade nacional brasileira e, por conseguinte, nos padrões de relações raciais (*idem*, p. 9).

As relações raciais nos estudos de comunidade do convênio Columbia University–Estado da Bahia/UNESCO, portanto, seriam abordadas a partir do conjunto das relações sociais desenvolvidas em áreas tradicionais do interior

do nordeste, nas quais os “tipos raciais” estariam subsumidos à estrutura de classes (*idem*, p. 9). Diante de um país predominantemente rural, que preservaria uma relativa homogeneidade cultural, o estudo das comunidades em foco seriam, segundo Wagley, representativos da sociedade brasileira (*idem*, p. 10).

Os estudos sócio-antropológicos em tela privilegiariam as classificações sociais baseadas nas diferenças físicas reais e imaginárias. Elas são construções sociais e culturais (*idem*, p. 14). É com base na experiência de trabalho etnográfico que Wagley elabora o conceito de “*social race*’ (i.e, the way in which the members of society classify each other by physical characteristics) is but one of a series of values which give individuals rank to determine their social relations” (*idem*, p. 14). O antropólogo estava interessado nos significados sociais de raça e classe e seus efeitos sobre a vida das pessoas das comunidades investigadas.

Sob a orientação de Wagley, Harry William Hutchinson, Benjamin Zimmerman e Marvin Harris utilizaram diversos métodos de investigação em suas pesquisas, a saber: observação participante, entrevistas, questionários, documentos históricos e dados estatísticos. Embora Wagley concebesse a análise do processo de mudança cultural como um dos eixos do trabalho a ser desenvolvido, o que de fato ocorreu foi a descrição de três localidades onde prevaleciam relações sociais de tipo tradicional. A primeira delas, São Francisco do Conde, denominada de Vila Recôncavo, era uma antiga zona açucareira que vivia num período de decadência. A segunda, Rio de Contas ou, como foi definida na pesquisa, Minas Velhas, tinha uma longa história que remontava à fase heróica do ciclo do ouro. Finalmente, Monte Santo era uma região onde predominava a criação de gado.

Hutchinson inicia o artigo apresentando um breve apanhado histórico-social do Nordeste açucareiro com base em *Casa-Grande e*

Senzala. São Francisco do Conde (Vila Recôncavo) estaria inserido no contexto de ascensão e queda da cultura do açúcar na região (Hutchinson, 1952, p. 18-22). Após descrever brevemente o sistema de plantação dos séculos XVII ao XIX, o antropólogo se detém na descrição da importância do escravo e a respectiva categorização (africano, pardo, cabra ou crioulo) (*idem*, p. 19).

O fim da escravidão gerou o declínio e estagnação da região. Hutchinson destaca a ampla variedade de denominações presente no sistema de classificação das cores na comunidade. Além dos termos já destacados no trabalho de Pierson, como “brancos da terra” ou “brancos da Bahia” (Pierson, 1945), Hutchinson acrescenta uma série de denominações advindas da miscigenação, na qual prevaleceria o negro (Hutchinson, 1952, p. 23).

Haveria quatro estratos sociais em São Francisco do Conde. O primeiro, formado por uma pequena elite aristocrática, branca e endogâmica. Os setores médios incluiriam burocratas do município, administradores das plantações, técnicos especializados na produção de açúcar, médicos, dentistas e professores. Em termos raciais, ela seria composta por pessoas predominantemente brancas, abarcando, no entanto, os “brancos da terra”, que poderiam incluir mulatos e negros. A terceira camada social seria constituída pela maioria da população. Hutchinson denomina genericamente de povo (trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, pescadores, carpinteiros, operários das usinas e outros ofícios manuais). Há um quarto grupo, composto por trabalhadores informais (emprego doméstico), que estaria na base da pirâmide social. Ainda que uma minoria, dentre os dois últimos segmentos, poderia ser definida como “brancos da terra”, a maioria da população teria uma formação predominantemente negra ou parda (*idem*, p. 24).

Embora formalmente não exista uma “linha de cor”, ela é reconhecida informalmente

(*idem*, p. 27). A classificação das pessoas tem, inicialmente, por critério uma combinação de cor de pele, tipo de cabelo e formato facial. Esses “tipos raciais” teriam as seguintes denominações: branco (louro, moreno), branco da terra, preto, cabra, cabo-verde, escuro, mulato (escuro, claro), pardo, sarará, moreno, caboclo (*idem*, p. 28-31). Em geral, aos não-brancos são creditados um conjunto de estereótipos que tem influência variada, conforme a associação com outros atributos. As manifestações folclóricas revelam uma série de preconceitos em relação aos negros (*idem*, p. 32-37).

Dependendo das circunstâncias, das relações entre “tipos raciais” e grau de instrução, nível econômico e relações pessoais, a cor exerce um papel mais ou menos importante na inserção da pessoa na estrutura social. Em outras palavras, “raça é um dos diversos elementos que classifica as pessoas numa escala social mais que um fator em separado que divide as pessoas em distintos grupos” (*idem*, p. 38).

Contudo, aparentemente, nem a consciência das diferenças raciais nem a existência de estereótipos resultariam em comportamentos ou medidas discriminatórias. Indo além, a estrutura social mesmo sendo extremamente rígida, o que poderia levar a conflitos raciais na medida em que raça e classe tendem a coincidirem, verifica-se, pelo contrário, a ausência de violência. As relações pessoais compensam as disparidades sociais e as estratégias de branqueamento, tendo em vista a ascensão social, amenizam as tensões raciais. Alguns sinais de modernização da região vêm suscitando uma embrionária consciência de classe e o desejo de ascender na escala social. Esse anseio valorizara sobremaneira a educação e a aquisição de bens econômicos em detrimento dos aspectos raciais. No entanto, Hutchinson registra que o distanciamento gradativo da cor negra e o embranquecimento das pessoas favorecem a mobilidade vertical.

O trabalho de Benjamin Zimmerman se desenvolveu numa comunidade sertaneja com uma população predominantemente cabocla (Zimmerman, 1952, p. 85). No caso de Monte Sertão,

the rural-urban dichotomy is indeed, in many ways, a more important criterion than race in determining the class position of an individual. A light person who is a *roceiro* would be considered lower-class almost to the same degree as a dark person who was engaged in a similar occupation.

Além da variável rural-urbano, riqueza e instrução são elementos que definem a posição social do indivíduo na sociedade local (*idem*, p. 85-86). O antropólogo elaborou um quadro da estratificação social da comunidade a partir das categorias nativas (bons/fazendeiros; remediados/artesãos, comerciantes, funcionários públicos; pobres/roceiros; coitados/mendigos, prostitutas etc.) (*idem*, p. 87).

A importância dos contatos primários, pessoais, familiares seria um mecanismo compensatório das grandes disparidades sociais, impedindo assim a presença de tensões sociais. A ausência de negros no interior da classe dominante deve-se ao peso do passado escravocrata e a cor que representaria algo de negativo, não correspondendo aos laços com as ‘boas famílias brancas’ (*idem*, p. 88-89).

Zimmerman, da mesma forma que Hutchinson, contrasta a classificação racial estabelecida pelo censo e as múltiplas categorizações nativas, fruto da intensa miscigenação da população (*idem*, p. 93-97). Assim mesmo, os estereótipos mais negativos são atribuídos aos negros (*idem*, p. 97-98). Tanto no teste realizado com fotografias quanto na pesquisa com as vinte pessoas mais conhecidas da comunidade, houve uma alta correlação entre classe social e cor (*idem*, p. 103). Em outras palavras, “in every instance, the white male and female were chosen for the leading positions, while the Negroes,

by and large, were felt to be the least desirable associates” (*idem*, p. 105). Essa situação se verifica nas relações de maior intimidade como o casamento, nas quais os brancos são, em geral, endogâmicos, e qualquer relacionamento amoroso entre negros e brancos sofre algum tipo de conflito (*idem*, p. 109-110). No entanto, os matrimônios se constituem num dos canais de ascensão social dos negros (*idem*, p. 110-111).

Das três comunidades estudadas na Bahia, Rio de Contas contem diversas evidências de tensões raciais. Região aurífera do centro-sul da Bahia, Rio de Contas esteve inserida no ciclo do ouro do século XVIII no Brasil, entrando em decadência no segundo decênio do século XIX. A atividade de exploração de minério foi substituída pela lavoura, pecuária e artesanato (Harris, 1952, p. 47-48). Em termos gerais, a população da localidade seria composta de brancos, negros, mulatos e caboclos, não obstante haver, em pelo menos dois vilarejos, uma clivagem étnica bem rígida. Em Serra de Ouro, não haveria negros, enquanto em Baixa de Gambá, que teria sido um quilombo, não existiriam brancos (*idem*, p. 50).

Os estereótipos em relação aos negros são bastante acentuados na comunidade (*idem*, p. 51-56). Eles foram resumidos do seguinte modo:

1. The Negro race is sub-human and inferior to the white race; 2. The Negro does and ought to play a subservient role to the white; 3. The Negro's physical features, including physique, physiognomy, skin colour and body odour are utterly displeasing (*idem*, p. 56).

O estudo etnográfico de Harris leva-o à conclusão de que

no amount of wishful thinking about the lack of 'race prejudice' can alter these facts about Minas Velhas: 1. Racial stereotypes are well-developed; the stereotypes are graded and arranged in as-

ending-descending order; 3. The Negro occupies the lowest level; 4. The white occupies the highest level (*idem*, p. 56).

Harris implicitamente procura responder à seguinte questão: como uma comunidade que apresenta um quadro repleto de preconceitos contra o negro e oferece diversos exemplos de tensões raciais não apresenta um cenário de conflito étnico aberto?

De início, o antropólogo observa, como nas outras localidades pesquisadas, a variedade presente na tipologia étnica nativa existente entre o branco e o negro (moreno, chulo, creolo, cabo verde), o que leva o autor a levantar a seguinte hipótese: “the extremes of the racial ranking gradient are occupied by whites and Negroes, and the intermediate positions are occupied by racially mixed types” (*idem*, p. 57). Harris verifica sua hipótese, dentre outras formas, por um teste com fotografias com 96 pessoas de variada situação de cor, classe, sexo e idade. O breve estudo revela que há um consenso sobre as vantagens de ser branco na sociedade local (*idem*, p. 58-59). Como a classificação das cores é bastante diversificada, revelando um continuum, os esforços das pessoas se concentram na possibilidade de não serem identificadas como negras (*idem*, p. 61).

Todavia, os indivíduos em Minas Velhas, como nas demais comunidades, não são classificados no cotidiano apenas pela cor. Há uma série de variáveis (riqueza, educação, emprego) que, associadas à cor, interferem na incorporação diferenciada dos indivíduos pertencentes àquela sociedade (*idem*, p. 63). Cabe, no entanto, verificar qual é a influência que a raça exerce especificamente na determinação da estratificação social local (*idem*, p. 65).

Ao elaborar uma análise estrutural da comunidade, Harris chega à conclusão de que se torna inadequado abordar seja a existência de discriminação seja a de preconceito racial, sem

correlacionar “racial discrimination to class discrimination”. Enfim, “from now on the terms *brancos-ricos* (white-rich) and *pretos-pobres* (Negro-poor) will be used as the equivalent of the socially defined ‘races’” (*idem*, p. 73).

O antropólogo apresenta uma série de evidências das clivagens raciais que se revelam na duplicação de organizações, com base no binômio classe-cor, afeitas à realização de festas religiosas e populares. Algumas dessas organizações, como no caso da Sociedade dos Pobres, não se limitam à atuação cultural, procurando também elevar o nível de instrução dos negros (*idem*, p. 74-78).

Sendo as desigualdades sociais tão expressivas em Minas Velhas, as tensões raciais são arrefecidas pela rígida estratificação social. De qualquer modo, as disparidades

between ‘white rich’ and the ‘Negro-poor’ is allowed to extend itself unchecked, the duplicate institutions may very well multiply to such an extent that the community will split in half and give to a caste society (*idem*, p. 81).

As possibilidades vislumbradas por Harris de um processo de modernização na comunidade e, em termos mais gerais, no Brasil leva o autor a vislumbrar a possibilidade de aumento das tensões raciais (*idem*, p. 81).

Considerações finais

Ao iniciar o programa Columbia University–Estado da Bahia/UNESCO, Charles Wagley se surpreendeu com o limitado número de trabalhos acerca das relações raciais na Bahia. Por ser uma região onde se observa reduzida taxa de tensões raciais, caberia ao cientista social analisar “o ideal brasileiro de democracia racial [que] em nenhuma parte se realiza como ali” (Wagley, 1955, p. 7-8). Apenas Donald Pierson e Franklin Frazier teriam voltado suas

atenções para o fenômeno. Em tom crítico, o antropólogo norte-americano afirma que

sabemos [...] muito mais sobre o ritual do ‘candomblé’ do que sobre os padrões de relações inter-raciais na Bahia. Apesar do exotismo e do colorido que aquele apresenta, parece-me não haver dúvida de que o conhecimento dos atuais padrões de relações inter-raciais é de maior importância para a sociedade baiana e de mais interesse para o mundo em geral (*idem*, p. 8).

Wagley constata, com base nos estudos de comunidade realizados na Bahia, a validade do conceito de “raça social”. Em outras palavras, “a profissão, o padrão de vida, a educação, a família, e a participação na sociedade constituem, com o tipo racial, os fatores que determinam a classificação na hierarquia baiana” (*idem*, p. 10). Nesse sentido, as desvantagens que os negros vivem, motivadas, entre outras causas, pelos preconceitos e estereótipos que as pesquisas realizadas na Bahia registraram de modo recorrente, não impedem a mobilidade vertical, mesmo que seletiva.

Ainda assim, parece que para Wagley e a equipe de doutorandos de Columbia, o padrão de relações raciais encontrado na Bahia ainda seria melhor em perspectiva comparada com a experiência norte-americana. Partindo desse princípio, a ‘Antropologia de intervenção’ proposta por Wagley adverte quanto aos possíveis efeitos perversos da modernização capitalista.

O antropólogo não considera válida a visão de que a industrialização associada à elevação do nível educacional gera necessariamente competição e tensão na esfera das relações raciais como aconteceria nos países desenvolvidos. Isso não impede que Wagley aposte no processo de mudança social. Contudo, caberia enfrentar o desafio de preservar, em novos tempos, determinados padrões culturais ditados pela tradição, que resultaram num quadro de relações

sociais e pessoais julgados como positivo.

As pesquisas elaboradas no interior da Bahia demonstraram que a riqueza etnográfica a partir da descrição das múltiplas formas de classificação racial, a importância da dimensão cultural como elemento constitutivo da hierarquia social, a observação acurada das formas de preconceito e de discriminação contra os não-brancos. Estas evidências não importaram no cancelamento da valorização por parte dos antropólogos envolvidos nos estudos de comunidade, da alegada singularidade baiana e brasileira.

Notas

- ¹ Este artigo baseia-se no sexto capítulo da minha tese de doutorado (Maio, 1997).
- ² Os estudos foram realizados na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.
- ³ Entre os participantes do “projeto UNESCO” encontram-se: Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Charles Wagley, Marvin Harris, Rene Ribeiro e Edson Carneiro.
- ⁴ Nogueira (1955). Sobre estudos de comunidade, ver ainda: Consorte (1996); Vila Nova (1996).
- ⁵ Carta de Gizella Valladares a Donald Pierson, 8/9/1948. Acervo Donald Pierson, Arquivo do projeto História da Antropologia no Brasil, IFCH/UNICAMP.
- ⁶ Carta de Donald Pierson a Anísio Teixeira, 17/11/1949. Acervo Donald Pierson, Arquivo do projeto História da Antropologia no Brasil, IFCH/UNICAMP.
- ⁷ Depoimento de Thales de Azevedo prestado ao autor, 24/4/1994.
- ⁸ *Columbia University Bulletin of Information*, n. 36, 1948, p.31.
- ⁹ Depoimento de Marvin Harris prestado ao autor, 26/4/1996.
- ¹⁰ Gilberto Freyre, em sua estada em Nova York, como representante brasileiro na Assembléia Geral

da ONU, em outubro de 1949, foi convidado por Charles Wagley para fazer uma breve exposição sobre qualquer tema que lhe conviesse “to a small seminar of graduate students who are working under my direction on Portuguese cultural tradition. The majority are directly interested in Brazil but there are also individuals working on Portugal itself and on the Portuguese in Africa. I am hoping that at least two or three of the people will begin field work in Brazil during this coming year [...]”.

Wagley aproveita a oportunidade para lembrar o encontro que teve com Gilberto Freyre, em 1941, no Museu Nacional, por ocasião de sua permanência como pesquisador-visitante. Carta de Charles Wagley a Gilberto Freyre, primeira quinzena de outubro de 1949. Arquivo da Fundação Gilberto Freyre.

- ¹¹ Informações extraídas das entrevistas dadas ao autor por Harry William Hutchinson (8 e 9/7/1995); Benjamin Zimmerman (20/3/1996) e Marvin Harris (24/4/1996).
- ¹² Entrevista de Harry William Hutchinson ao autor (8/7/1995).
- ¹³ Carta de Thales de Azevedo a Donald Pierson, 23/11/1949. Acervo Donald Pierson. Arquivo do Projeto História da Antropologia no Brasil, IFCH/UNICAMP.
- ¹⁴ O Programa Columbia University-Estado da Bahia contou com a significativa dotação de um milhão de cruzeiros em 1950 (Consorte, 1999, p. 40).
- ¹⁵ Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux, 18/6/1950. *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (BOX REG 145), UNESCO Archives.
- ¹⁶ Para uma análise dos estudos de comunidade no Brasil, ver: Nogueira (1955); Ianni (1961); Woortman (1972); Consorte (1996); Vila Nova (1996).
- ¹⁷ Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux, 18/6/1950, p. 1. *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (BOX REG 145), Unesco Archives; Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27/7/1950, p. 1. *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Paulo Roberto. *Antropólogos e Pioneiros: A*

- História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- AZEVEDO, Thales. *As Ciências Sociais na Bahia*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais/Universidade da Bahia, 1964.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Thales de Azevedo: Dados de uma Assinatura*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/Universidade da Bahia, 1993.
- CAMPOS, André Luiz.V. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública: 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. *Memorial*. Departamento de Antropologia, PUC-SP, 1994.
- _____. Os Estudos de Comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. In: FALEIROS, M.I. e CRESTPO, R.A. (orgs). *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- _____. Lembrando Costa Pinto: Memória das Ciências Sociais no Brasil. In: VILLAS BOAS, Gláucia e MAIO, Marcos Chor (Orgs.). *Ideais da modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999, p.39-41.
- CONSORTE, J.G. Os Estudos de Comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. In: FALEIROS, M. I. e CRESPO, R.A. (Orgs.) *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: UNESP, 1996;
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do Simbólico. In: *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos Emilio Willems/Donald Pierson. São Paulo: Vértice, Unicamp, 1987.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Pesquisas sobre a Bahia. *A Tarde*, Salvador, 27 out.1950, p. 3.
- DANTAS, Beatriz G. *Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FIGUEIREDO, Regina E. D. *Cuidando da saúde do vizinho: as atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *A formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia: 1930-1964*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais),- Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- DAWSEY, John Cowart. *De que riem os bóias-frias? Walter Benjamin e o teatro épico de Brecht em carrocerias de caminhões*. 1999. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- HARRIS, Marvin. Race Relations in Minas Velhas, a Community in the Mountain Region of Central Brazil. In: WAGLEY, Charles. (Ed). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- _____. *Charles Wagley's Contribution to Anthropology*. Florida Journal of Anthropology, Special Number, n. 6, 1990, p.1-14.
- HUTCHINSON, Harry W. Race relations in a Rural Community of Bahian Reconcavo. In: WAGLEY, Charles. (Ed). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- IANNI, Octavio. Estudo de Comunidade e Conhecimento Científico. *Revista de Antropologia*, vol.9, n., 1-2, 1961, p.109-119.
- MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. UNESCO and the study of race relations in Brazil: National or regional issue? *Latin America Research Review*, vol 36, 2001, p.118-136.
- _____. “Abrindo a ‘Caixa-Preta’: o Projeto Unesco de Relações Raciais”. In: PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCZ, Lilia M. (Orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.
- MAIO, Marcos Chor e SÁ, Magali. Romero. *Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 6 (supl.), 2000, p. 975-1017.
- MAIO, Marcos Chor e OLIVEIRA, Nemuel Silva. “O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as Ciências Sociais no contexto do Desenvolvimento”. *Cadernos Adenauer*, Ano 10, vol. 4, 2009.
- MOORE, Sally Falk. The Department of Anthropology. In: MINER, Dwight C. (Ed). *The Bicentennial History of Columbia University*. New York: Columbia University Press, 1955.
- NOGUEIRA, Oracy. Os Estudos de Comunidades no Brasil, *Revista de Antropologia*, vol. 3 (2), p. 98-99, 1955.
- _____. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)*. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas e na separata relativa ao Symposium Etno-sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil. São Paulo: Anhembi, 1955.
- PIERSON, Donald. Algumas atividades em prol da An-

- tropologia e outras Ciências Sociais. In: CORRÊA, M (Org). *História da Antropologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Vértice, 1987.
- _____. *Branco e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1945.
- REDFIELD, Robert. *Folk Cultures of the Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1948.
- VIANNA, Aurélio & FRAIZ, Priscila. *Conversa entre Amigos: Correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas/Fundação Cultural da Bahia, 1986.
- VIANNA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: A Polêmica da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.
- VILA NOVA, Sebastião. O Singular e o Universal nos Estudos de Comunidade. In: FALEIROS, M.I. e CRESPO, R.A. (Orgs). *Humanismo e Compromisso: Ensaio sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- WAGLEY, C; AZEVEDO, T. & COSTA PINTO, L.A. *Uma Pesquisa Sobre a Vida Social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, n. 11, 1950.
- WAGLEY, Charles. *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- _____. *Uma Comunidade Amazônica: Estudo do Homem nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- _____. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Thales de. in T. de Azevedo, *As Elites de Cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- WAGLEY, C. e AZEVEDO, Thales. *Sobre Métodos de Campo no Estudo de Comunidade*. Revista do Museu Paulista, Nova Série, Vol. V, 1951, p.227-237.
- WAGLEY, C. e WAGLEY, Cecília Roxo. *Serendipity in Bahia, 1950-1970*. Universitas, n. 6-7, 1970, p.29-41.
- WOORTMANN, Klaus. *A Antropologia Brasileira e os estudos de comunidade*. Universitas, n. 11, 1972, p.103-140.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. *A Contribuição de Charles Wagley para a Antropologia Brasileira e para a Idéia de Brasil*. Anuário Antropológico/ 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- ZIMMERMAN, Ben. Race relation in the Arid Sertão. In: WAGLEY, Charles. (Ed). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.

autor

Marcos Chor Maio

Professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/FIOCRUZ

Doutor em Ciência Política/IUPERJ

Recebido em 15/11/2009

Aceito para publicação em 15/11/2009